

RELATÓRIO

I ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COEGEMAS/SC.

14.05.14

O Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Santa Catarina - COEGEMAS/SC tem como principal objetivo agregar e fortalecer os Secretários Municipais de Assistência Social, pactuando recursos e oferta de serviços conforme o porte dos municípios e as demandas locais e regionais. Dando continuidade ao fortalecimento deste espaço, o COEGEMAS/SC teve a iniciativa de organizar o Encontro.

Dia 14 de maio (Manhã)	
8h	Credenciamento e Recepção
8h30	Solenidade de Abertura
9h	Palestra: "Os Colegiados Estaduais de Secretários Municipais enquanto estratégia para a Consolidação do SUAS" Palestrante: Valdiosmar Vieira Santos, Presidente do CONGEMAS Ana Claudia da Silveira Quege, Presidente do COEGEMAS/SC
10h	Palestra: "A Gestão do SUAS no Brasil e em Santa Catarina." Palestrante: Jaime Rabelo Adriano, representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS Jorge Teixeira – Secretário Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina – SST/SC.
11h	Debate
11h30	Palestra: A Importância do Controle Social nos Municípios Palestrante: Luziele Tapajos, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social
12h	Intervalo para almoço
Dia 14 de maio (Tarde)	
13h30	Palestra: "A Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS." Palestrante: Dulcelena Alves Vaz Martins – Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira – MDS.
16h30	Debate
17h	Encerramento do Encontro Estadual
18h	Abertura do V Seminário Estadual de Assistência Social

Abertura

Estavam compondo a mesa:

Ana Cláudia da Silveira Quege - Presidente do COEGEMAS/SC

Jorge Teixeira - Secretário Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Luciano Buligon - Vice Prefeito de Chapecó

Ivaldo Pizzinato - Secretário de Assistência Social de Chapecó

Américo Nascimento Junior - Representando o Governador de SC
Solange Bueno - Presidente do CEAS
Dulcelena Alves Martins - Coordenadora Financeira do MDS

Palestra 01 - 9h:

“Os Colegiados Estaduais de Secretários Municipais enquanto estratégia para a Consolidação do SUAS.”

Ana Cláudia da Silveira Quege - Presidente do COEGEMAS/SC

Coordenador de mesa: José Marildo Farias - Secretário de Lages

Iniciou a fala dando destaque ao papel do Colegiado que é de fortalecer os municípios para a execução da Política de Assistência Social em Santa Catarina.

Que é necessário uma articulação junto ao Estado e o Legislativo para que o COEGEMAS seja reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado, a fim de podermos instituir anuidade a ser paga pelos municípios possibilitando gerência financeira na condução das ações do mesmo. Como base legal da constituição e papel dos Colegiados a Norma Operacional Básica / NOB SUAS 2012 reconhece e integra a representação dos municípios na Comissão Intergestores Bipartite/CIB, apontando a finalidade deste órgão na implementação/implantação do SUAS.

Na CIB o Colegiado está representado por porte de municípios, sendo 06 titulares e respectivos suplentes:

02 - Pequeno Porte I

01 - Pequeno Porte II

01 - Médio Porte

01 - Grande Porte

01 - Capital

Citou ainda questões identificadas pelo Colegiado e que estão sendo discutidas e implantadas ações que venham a suprir essas demandas:

- dificuldade em efetivar a intersetorialidade da Assistência Social junto a Saúde e Educação;

- necessidade em divulgar informações aos municípios, hoje realizada através da parceria com o Estado/SST, Federação Catarinense de Municípios - Fecam, Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e Ministério de Desenvolvimento Social - MDS;

- conversas junto ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS estabelecendo uma aproximação e possibilitando maior esclarecimento na definição de critérios para as pactuações. Exemplo disso, a proposta ao CEAS de projeto de Lei que verse a Política de Assistência Social para a efetividade do SUAS no Estado.

Deu ênfase a dois objetivos primordiais deste órgão perante os municípios:

1) tem a finalidade de defender a política de assistência social;

2) lutar pela autonomia dos municípios na gestão da política de assistência social.

Desafios apontadas pela Presidente:

- Fomentar a participação no Colegiado: uma das estratégias, iniciadas em 2013, foi a descentralização das reuniões do Colegiado e da CIB. A Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST compartilhou com a idéia e vem proporcionando as condições necessárias de deslocamento dos representantes governamentais e assessoria a CIB. Ocorreram 10 reuniões descentralizadas em 2013 com a média de 100 de participantes cada. Para o ano de 2014 foram agendadas reuniões em Três Barras, Rio do Sul, Tubarão, Lages, Ita e Chapecó;

- Identificação de demandas: as participações nas reuniões descentralizadas propiciaram identificar as dificuldades e necessidades dos municípios representados em todos os portes;
- O cofinanciamento da Proteção Social Básica: discussões e demandas levantadas pelos municípios e discutidas junto a CIB contribuíram na definição de recursos para o cofinanciamento da PSB;
- Construção de CRAS: revisão da aplicação de recursos do Estado na instalação de Terminais de Auto-atendimento ao cidadão - TOTENS nos municípios, o qual foi cancelado e repassando este recurso para o cofinanciamento da PSB.
- Implantação de CREAS/Serviços de Média Complexidade em municípios de Pequeno Porte I e II: Cobrança do Ministério Público na implantação de CREAS em municípios de PP I e PP II, porém os mesmos não têm condições e necessitam de auxílio do Estado e o Colegiado é o meio de discutir esta demanda na esfera Estadual/CIB de forma coletiva. É necessário fortalecer o diálogo com o MP, PJ e demais órgãos que integram a rede para que entendam o papel da Política de Assistência Social;
- Estruturar no COEGEMAS questões jurídicas e financeiras: reconhecimento do Colegiado pelo TCE para podermos estabelecer anuidades, estruturando o financeiro e podendo organizar mais espaços de informação, capacitação e discussão que auxiliem na melhoria da gestão dos municípios.

O que se ganhou com a descentralização das reuniões do COEGEMAS e CIB:

- Engajamento dos Colegiados Regionais, FECAM, Prefeitos, Vereadores e demais lideranças municipais;
- Discussão e compartilhamento de informações;
- Participação na formulação da política junto a SST;

Reflexão

O que fazer para consolidar o SUAS em Santa Catarina? De que forma vamos atingir todos os municípios para atenderem os usuários de acordo com a PNAS? Precisamos pensar juntos.

É preciso que se execute uma gestão partilhada com Gestores conscientes que compreendam a política.

Informe: Significado da nova logo do COEGEMAS:

Os quadradinhos que formam as letras significam blocos de cimentos representando a construção do SUAS, os quais somam 295 o número de municípios catarinenses. O desenho da letra “O” em 8 gomos significa as 8 macro regiões e as cores vermelho e verde representam a bandeira de SC.

Palestra 02 - 10h:

“A Gestão do SUAS em Santa Catarina.”

Palestrante: Jorge Teixeira - Secretário Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Coordenador de mesa: Belenite Maria Frozen - Gestão da PAS de Chapecó.

Apresentou uma retrospectiva legal desde o estabelecimento do Tripé da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Seguridade) na Constituição Federal de 88 que também estabeleceu a instituição de conselhos em todas as políticas públicas até a promulgação da Lei do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a revisão da NOB/SUAS de 2012. Enfatizou as instâncias de negociação e pactuação (CIB e CIT) e seu papel quanto aos aspectos operacionais do SUAS, bem como as instâncias de controle (conselhos).

Apontou os desafios da gestão estadual:

- 1) Conhecer, diagnosticar e apoiar os municípios na gestão;
- 2) Entender a sociedade a qual vivemos, ou seja, conhecer as interfaces da política de assistência social (diferentes culturas, etnias...);
- 3) Trabalhar junto aos municípios para que apliquem 100% dos recursos cofinanciados pela União, através de um plano de aplicação;
- 4) Dar o apoio técnico necessário para que os municípios quanto as questões de Prestação de Contas, reprogramação, etc;
- 5) Mostrar a sociedade o significado do Programa Bolsa Família que veio a erradicar a fome, o analfabetismo, as doenças e ofertar trabalho, renda. Que há contrapartida do usuário pela realização das condicionalidades estabelecidas no programa para que possa permanecer. É preciso que os trabalhadores informem, com clareza, aos usuários destas condicionalidades, do preenchimento obrigatório do CADÚnico e para isso é necessário instrumentalizar os trabalhadores que realizam o cadastramento.
- 6) Busca ativa como meio de chegar a comunidade o conhecimento dos serviços.
- 7) Fazer acontecer a intersectorialidade entre assistência, saúde e educação na identificação de barreiras que impedem crianças e adolescente com deficiência de acessar a Escola, sendo este um fator crucial na execução do Programa BPC na Escola;
- 8) Trabalhar de forma territorializada a partir do diagnóstico realizado em 2013 que estabeleceu a divisão territorial em 08 macroregiões e 16 regiões. Em 2014 algumas ações foram realizadas pelo Estado: reunião junto aos municípios, produção de vídeo para campanha e elaborado projeto para slogan - “Antes crescer saudável do que trabalhar”;
- 9) Estabelecer no Estado ações de enfrentamento ao Trabalho Infantil, destacando que 32 municípios catarinenses estão no ranking com números alarmantes e que serão chamados para ser discutido;
- 10) Em SC 16 municípios estão em Gestão Inicial, 254 em Gestão Básica e 23 em Gestão Plena. Desafio 100% nas Gestões Básica e Plena.

“A Gestão do SUAS no Brasil”

Palestrante: Márcia Helena Carvalho Lopes - Consultora Nacional e Internacional de Políticas de Gestão

Momentos históricos foram levantados pela palestrante identificando as questões sociais e o contexto brasileiro, desde a governança ditatorial até o estabelecimento da Lei do SUAS que unifica a forma de executar a PAS no Brasil, sendo a partir daí, reconhecida como direito do cidadão e responsabilidade do Estado.

Destacou o Conselho, o Plano e o Fundo (CPF) como essenciais na implantação do SUAS. Que para uma boa gestão é preciso ter domínio da política, um bom diagnóstico (identificar as demandas), planejamento sempre como ordem do dia para execução do Plano Municipal de Assistência Social, que deve estar sempre atualizado e valorizar o controle social tendo uma participação efetiva no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS para entender melhor a política.

Ainda em relação ao diagnóstico disse ser preciso saber se os índices, na base, estão mudando. Não adianta ter gráficos bonitos se não houver o diagnóstico real da ponta (houve mudança na prestação do serviço, melhorou?; como a população é atendida?..).

Respostas em destaque:

- 1) Fragilidade no controle social tendo em vista a falta de estrutura (assessoria, equipamentos, salas, capacitações, etc) para que se tenha apropriação para uma gestão/controlado forte;

- 2) Para a regionalização dos serviços o Estado estará nos municípios, através de encontros nas macro regiões, para juntos realizarem o levantamento de mais dados e pensarem em conjunto esta organização;
- 3) Está sendo encaminhado para o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, para estudo, material sobre o cofinanciamento Estadual ser utilizado para pagamento de pessoal e já receberam minuta de lei sobre a execução financeira do FEAS. O Conselho também está trabalhando na sua nova legislação;
- 4) Os Benefícios Eventuais são os únicos recursos repassados também aos municípios em Gestão Inicial. Estes municípios não recebem cofinanciamento para os serviços de PSB e PSE MC e AC conforme normativas. No Estado são 16 municípios nesta situação e os mesmo serão chamados novamente contribuindo nas orientações para o processo de habilitação em Gestão Inicial;
- 5) O MDS está trabalhando na definição do que é vulnerabilidade com relação a pessoa idosa;
- 6) Destaque quanto às equipes de referencia que são iguais mesmo com diferenças grandes de população. Exemplo o município com 1.500 hab não necessita da mesma estrutura de um município com 20.000 hab.
- 7) Está sendo elaborada a especificação do papel dos profissionais no Serviço de Proteção Especial (exemplo citado o advogado);
- 8) O Estado recebeu apenas as orientações do Capacita SUAS/MDS para o Controle Social e que por isso será feita a capacitação sobre Vigilância Socioassistencial apenas em 2015;
- 9) Realização de Web Conferência no dia 21/05 sobre Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social com a participação de dois profissionais do MDS.

Palestra 03 - 13h30:

“A Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS.”

Palestrante: Dulcelena Alves Vaz Martns

Coordenador de mesa: Ana Cláudia da Silveira Quege - Presidente do COEGEMAS/SC

Iniciou a explanação com as bases legais que dispõem sobre a gestão financeira e orçamentária.

Destacou que os Fundos Públicos são de Natureza Jurídica 120.1 e que a Receita Federal exige CNPJ Matriz e NJ 120.1.

O Fundo é uma unidade orçamentária e para identificá-lo como tal na Lei Orçamentária do município ele deve estar separado do orçamento da Secretaria. Caso estiver vinculado a Secretaria é uma Unidade Gestora.

Pontos importantes:

- **O Secretário deve ser o Ordenador de despesas do FMAS e designar o gestor do Fundo**, cada um com senhas próprias;
- Reler a Portaria MDS 116/2013 (revoga 442/2005);
- As ações específicas não devem estar no orçamento, colocar por Serviços (PSB, PSE MC, PSE AC, Gestão, Controle Social);
- Os recursos federais ainda só podem ser utilizados para custeio. O Decreto nº 7788 de 15.08.12 que Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social... e dá outras providências, ainda não foi regularizado como Lei (observar o art. 4º);
- Reprogramação dos recursos: desde 2005 alguns municípios vêm reprogramando, diante disso o Ministério estará encaminhando notificações aos municípios nesta situação;

- O MDS está elaborando Cartilha sobre Cofinanciamento/Pisos com esclarecimentos;
- O CMAS tem o papel de auxiliar o gestor na aplicação dos recursos;
- Estatutário ou Celetista podem ser pagos com recurso federal (Resolução nº34 Pagamento de RH e Resolução nº17 - Trabalhadores do SUAS)
- Organizar o orçamento conforme legislação;
- O Gestor deve saber quanto tem na conta de cada serviço. É necessário uma equipe para executar o fundo.

Destaques:

- Há mais de 1 bilhão nas contas dos municípios;
- É preciso alguém que faça a revisão do fundo, se referindo aos processos que devem apresentar nº de protocolo, nota técnica justificando a despesa, data e assinaturas, etc;
- Revisar anualmente o PPA;
- MDS inseriu na Lei de Diretrizes Orçamentárias dos Municípios e Estados o COEGEMAS para ser reconhecido pelo Tribunal de Contas;
- Compatibilidade entre o PPA e o Plano Municipal de Assistência Social;
- Quando houver saldo suplementar para o Conselho;
- Para utilizar recursos federais em reforma e ampliação em imóvel próprio pode. No caso de aluguel deve-se constar tudo no contrato, ou seja, o que o gestor aplicará no imóvel;
- Nova Resolução CNAS nº21/2014 que dispõe sobre o compartilhamento de estrutura física para execução de serviços;
- Se há previsão de elaboração de concurso público, para advogado no CREAS, pode ser contratado pela CLT. Caso não há previsão fica difícil justificar esta contratação;
- Descentralizando o CadÚnico nos CRAS pode-se utilizar os recursos do IGD Bolsa Família.

“Não há mudança de vida se não houver a retaguarda do acompanhamento psicossocial que a PAS realiza.”

Elaboração:
Maria Eunice Malacarne Bernat
17.05.14